

POLÍTICA

Sarney vai jogar pesado

Pelos cinco anos de mandato e pelo presidencialismo, Sarney vai à luta. Quem estiver do seu lado será premiado. Quem não estiver sofrerá retaliações.

O presidente Sarney resolveu abrir o flanco e participar diretamente do duelo na Constituinte. Até a Comissão de Sistematização votar sistema de governo e duração do mandato presidencial, o presidente Sarney vai estar empenhado no corpo-a-corpo, "jogando pesado" para pressionar os constituintes que integram a Comissão, segundo garantiram ontem autoridades do Palácio do Planalto. Retaliando ou premiando.

Sarney não acordou ontem de bom humor. A primeira atitude, ao começar o expediente no Palácio do Planalto, foi riscar do roteiro da viagem que faria amanhã ao Nordeste as cidades de Santa Quitéria e Parnaíba. Incomodava-o o confronto com os empresários da Autolatina e a onda prô-redução do mandato presidencial cada vez mais crescente na Constituinte.

Assessores próximos ao gabinete presidencial estranharam, logo cedo, o comportamento de Sarney, bastante diferente daquele tipo geralmente introspectivo, avesso às atitudes imprevistas. Metódico, disciplinado e formal, o presidente Sarney jamais quebrou as regras palacianas, mas, segundo um observador atento do terceiro andar, está dando sinais de impaciência cada vez mais acentuados.

Primeiro, com a incapacidade de aglutinar forças na Constituinte capazes de fazer prevalecer seus pontos de vistas no esboço da nova Carta; segundo, com as pressões até o final da semana, para ceder um dos cinco anos de mandato que fixou para o seu governo; e, finalmente, com a briga com os empresários da Volks e da Ford, que contribuiu para arranhar ainda mais a imagem do governo.

O presidente Sarney teme levar para o México, onde se encontrará com sete colegas latino-americanos, a imagem de um presidente em fim de governo. Por isso, vai

dedicar atenção integral à Constituinte e pode até arriscar lances de agressividade. Para bater na mesa, conforme um amigo pessoal do presidente, só falta saber quem vai sair perdendo — se a mesa ou a mão do presidente da República.

Corpo a corpo

Durante toda esta semana, Brasília assistirá a uma luta de corpo a corpo entre o governo e os parlamentares que compõem a Comissão de Sistematização da Constituinte. É que está prevista para domingo a votação da duração do mandato do presidente Sarney. Deverá ser definida também a alteração no regimento interno, determinando a possibilidade de apresentação de emendas na próxima fase da elaboração da Constituição, que será a discussão no plenário.

A fase decisiva, do final dos trabalhos da Sistematização, mobilizou empresários e profissionais liberais, organizados na Frente da Livre Iniciativa (FLI), em defesa da economia de mercado; trabalhadores começam a se organizar para manter as conquistas já obtidas na área dos direitos sociais; e o governo, que, por decisão do presidente Sarney, vai passar os próximos dias empenhado exclusivamente em somar votos aos princípios defendidos pelo presidente.

Os ministros de Estado estão sendo solicitados a não se ausentarem de Brasília até o final da semana, para acompanhar e, evidentemente, manter contatos com parlamentares, principalmente, do PMDB e do PFL, na votação de emendas definindo a vigência do parlamentarismo e duração do mandato presidencial.

"Não ficaremos em vigília, mas com a atenção voltada, prioritariamente, para os trabalhos da Comissão de Sistematização" — informou um dos ministros. Os líderes Carlos Sant'Anna (governo) e José Lourenço

(PFL) também estão conversando com ministros, fazendo a mesma recomendação. O próprio presidente Sarney tem telefonado a parlamentares de diversos partidos, solicitando apoio ao mandato de cinco anos.

Reações

Os ministros estão preocupados com as votações na Comissão de Sistematização. Ontem houve reações à aprovação de emenda do deputado Fernando Santana (PCBA), nacionalizando a distribuição de álcool e derivados de petróleo. Um dirigente do PFL observou que a votação foi inoportuna, "justamente numa hora em que o Brasil está tentando renegociar sua dívida externa".

Parlamentares ligados ao presidente Sarney, do PMDB, do PFL e do PDS, comentaram ontem que só eles dificilmente poderiam garantir a aprovação de mandato de cinco anos, "por enquanto com o parlamentarismo". Acham que se o presidente da República "não ajudar", a Comissão poderá aprovar quatro anos, com vigência do parlamentarismo logo após a promulgação da futura Constituição.

As últimas informações revelam que na Comissão de Sistematização a maioria deverá votar a favor do mandato de quatro anos, apesar de consultas realizadas pelo deputado Cid Carvalho — parlamentarista e amigo de Sarney — apontarem indefinição entre os votantes. O resultado da pesquisa já foi levado ao Planalto pelo deputado maranhense.

Estavam fora do País, ontem, os ministros Paulo Brossard, da Justiça, Roberto de Abreu Sodré, das Relações Exteriores, Íris Rezende, da Agricultura, e Antônio Teixeira, da Seplan. E outros cinco devem cancelar as viagens programadas para esta semana aos Estados.

de pelo menos 280 constituintes.

Um dos parlamentares mais ligados a Sarney contou que as esquerdas do PMDB já dão sinais de recuo, preferindo reexaminar o apoio às eleições presidenciais no próximo ano. Acham que uma eleição imediata, com o governo em má situação, teria reflexos diretos no PMDB, que carregaria todo o peso do desgaste. As esquerdas, segundo a mesma fonte, poderiam optar pelas eleições em 1989.

No entanto, um dirigente do PFL disse ter sido informado que o presidente Sarney pretende "dar um murro" se aprovadas as eleições em 88, "murro" esse que seria o envio ao Congresso Nacional — e não à Constituinte — de proposta de eleições gerais em 88, incluindo de governadores.



Newton Jereissati Cafeteira Mesquita

Newton reúne o Nordeste para defender o presidente

"Nesta quinta-feira, no Ceará, estarei reunido com os governadores do Nordeste brasileiro. E vocês verão pela manifestação do Nordeste que somos maioria e que estamos firmes nos cinco anos de mandato para o presidente e com o presidencialismo." O desafio é do governador mineiro Newton Cardoso, excluído do encontro de domingo entre seus colegas Orestes Quêrcia, Waldir Pires, Miguel Arraes, Moreira Franco e Pedro Simon.

Em Brasília, o anunciado apoio dos cinco governadores às diretas em 88 foi aplaudido pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso: "Graças a Deus os governadores aderiram", disse revelando ter tido informações, antes do encontro do Rio, sobre a mudança de posição de Orestes Quêrcia, Moreira Franco e Waldir Pires. Mas ontem Quêrcia negou que tenha decidido lutar pelas diretas em 88. Quêrcia garantiu que os governadores limitaram-se a analisar a situação política nacional.

Bastante irritado por ter sido preterido na reunião no Palácio das Laranjeiras, no Rio, o governador de Minas anunciou que participará de uma "reunião política", em Fortaleza, amanhã. Oficialmente, porém, o encontro, no Palácio do Cambeba, visa discutir assuntos relacionados à seca que assola o Nordeste, com a participação dos governadores do Maranhão, Epitácio Cafeteira; do Piauí, Alberto Silva; do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo; da Paraíba, Tarcísio Buriti; de Pernambuco, Miguel Arraes; da Bahia, Waldir Pires; de Minas, Newton Cardoso; e de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita.

Assessores do anfitrião Tasso Jereissati garantem que a reunião, com início previsto para as 16 horas, será eminentemente técnica, mas admitem que, nos intervalos, surgirão debates políticos. Newton Cardoso, porém, insistiu em colocar a defesa dos cinco anos para Sarney na pauta do encontro. Em tom de desabafo e desafio, tentando ignorar a falta de convite para participar do encontro do Rio, Cardoso afirmou: "Vamos sep-

tar essa reunião, pois teremos outra no Nordeste. Repito, o PMDB sofre e exerce pressões; mas temos que agir para vencer as eleições e isso não é possível no ano que vem", disse Cardoso. Mas não escondeu que poderá ficar isolado na defesa de eleições apenas em 1989, com mandato de cinco anos para Sarney.

"Os temores da sociedade brasileira devem ser resolvidos pela Constituinte. Fora dela, o que existe é a violência das armas", afirmou o governador Moreira Franco em almoço com representantes da Câmara de Comércio Britânica, no Jockey Clube. Apesar de Moreira Franco insistir em defender a Constituinte, sem assumir de público a defesa dos quatro anos de mandato para Sarney, seus principais assessores afirmavam, ontem, que "a situação da ingovernabilidade do País chegou a um ponto intolerável". Enquanto isso, o início da campanha pelas diretas no Rio depende apenas de um último acerto com Leonel Brizola e Lula.

Na Bahia, o presidente da Assembléia Legislativa, Coriolano Sales, garantiu que a adesão do governador Waldir Pires às diretas já vai estimular a mudança de opinião dos constituintes da bancada peemedebista baiana que ainda defendem os cinco anos. Segundo Coriolano, 32 dos 63 deputados estaduais baianos já assinaram o documento pedindo diretas em 88.

No Palácio do Planalto, a reunião dos governadores no Rio foi vista como uma tentativa de evitar um clima de golpe: os chefes de Estado não estavam interessados nas diretas em 88, mas sim em "gerar anticorpos contra a infecção que poderia atacar a democracia".

Oficialmente, o porta-voz Frota Neto disse que a Presidência da República reconhece o direito de reunião dos governadores e até mesmo o dever. "Pelo que estou sabendo, a questão do mandato do atual presidente da República e do futuro não foi abordada em termos de chegar-se a uma posição", afirmou Frota Neto, revelando que Sarney não foi informado de reunião.

Uma decisão prevista para o domingo

Tendências

A Comissão de Sistematização da Constituinte deverá decidir, domingo, por quanto tempo mais o presidente Sarney permanecerá no governo — se seu mandato terminará meses depois de promulgada a nova Constituição, ou se seu mandato será de quatro, cinco ou seis anos, ficando, depois, para o plenário da Assembleia Nacional a decisão final.

E que, domingo, pelo cronograma que está sendo rigorosamente cumprido pela Comissão, começará o exame do último título do substitutivo Bernardo Cabral, o título IX, referente às "disposições transitórias".

Pelo cronograma, estão previstas seis reuniões — domingo, segunda e terça-feira — para o exame desse título, que alguns assessores da Mesa da Constituinte denominam de "verdadeira caixa de Pandora", por-

que pode haver muitas surpresas.

O título abre nova numeração para os artigos — e a questão da duração do atual mandato presidencial figura entre os primeiros. O artigo 4º diz que a próxima eleição presidencial será realizada no dia 15 de novembro de 1990 e o artigo 5º diz que o atual mandato presidencial terminará no dia 15 de março de 1991.

O substitutivo confere ao presidente Sarney, portanto, seis anos de mandato. Mas há numerosas emendas estabelecendo prazo menor. Vão desde emendas propondo que o sucessor do presidente Sarney seja eleito logo depois de promulgada a nova Constituição (três ou seis meses depois, com ou sem eleições gerais, de vereador a presidente), até outras fixando o mandato.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), reafirmou sua posição de parlamentarista, afirmou que ainda continua muito nítida a divisão na Comissão de Sistematização, para fixação do tempo de mandato e definição do sistema de governo. Os que apóiam mandato de quatro ou cinco anos estão divididos entre a adoção do parlamentarismo logo após a promulgação da futura Constituição ou após o fim do mandato de Sarney.

Outro grupo — mais de 30 votos na Comissão de Sistematização — prefere eleições em 89, com a adoção do parlamentarismo com o sucessor do atual presidente. O sistema parlamentarista, já aprovado na Comissão, só poderá ser modificado em votação no plenário, com o apoio